



N.º 15 | Dezembro 2007

[<http://www.almadan.publ.pt>]

[migrado de <http://almadan.cidadevirtual.pt>]

I Sumário

II Editorial | Jorge Raposo

Arqueologia

- III **Entre as Grutas e os Monumentos Megalíticos:** problemáticas e interrogações na Pré-História recente do Alto Ribatejo
Alexandra Figueiredo
- IV 25 Anos de Investigação Arqueológica em Portugal (1982-2007).
A Pré-História Holocénica: referências bibliográficas
Carlos Tavares da Silva
- V **Intervenção Arqueológica no Casal do Rebolo (Sintra):** da diversidade das estruturas à larga diacronia de ocupação
Alexandre Gonçalves e Catarina Coelho
- VI **Citânia de Briteiros:** trabalhos arqueológicos recentes (2007)
Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz
- VII **Vila de Castelo de Vide:** um *habitat* proto-histórico
João F. A. Magusto
- VIII **Casa dos Bicos 25 Anos Depois:** marcas de oleiro em *terra sigillata*
Eurico de Sepúlveda e Clementino Amaro
- IX Ocupação Romana no **Beco do Marquês de Angeja, Alfama:** evidências de estruturas termais junto da porta Nascente de *Olisipo*
Victor Filipe e Marco Calado
- X **Capela de São Pedro da Capinha (Fundão):** primeira intervenção
Elisa Albuquerque e Constança Guimarães dos Santos
- XI Evidências de Ocupação Romana no **Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo** (Vila Franca de Xira)
João Pimenta e Henrique Mendes
- XII **A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos:** elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada
António Rafael Carvalho
- XIII **Tomar Islâmica do Gharb al-Andalus:** a alcáçova e arredores
Salette da Ponte
- XIV **Paleodemografia e Patologia Oral** na população exumada da Igreja de Santiago Maior de Monsaraz
Patrícia Peralta e Ana Luísa Santos
- XV **Notícias: actividade arqueológica**

al-madan IIª Série, n.º 15, Dezembro 2007

al-madan online / adenda electrónica

Propriedade

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 603 EC Pragal
2801-601 Almada PORTUGAL
Tel. / Fax 212 766 975

E-mail secretariado@caa.org.pt

Registo de imprensa 108998

[Http://www.almadan.publ.pt](http://www.almadan.publ.pt)

ISSN 0871-066X Depósito Legal 92457/95

Director Jorge Raposo (director.almadan@clix.pt)

Conselho Científico Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção Rui Eduardo Botas, Ana Luísa Duarte,
Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

Colunistas Mário Varela Gomes, Amílcar Guerra, Victor Mestre,
Luís Raposo, António Manuel Silva e Carlos Marques da Silva

Colaboram na edição em papel Ass. Prof. de Arqueólogos,
M.ª Fátima Abraços, Mila S. Abreu, Elisa Albuquerque, M.ª José
Almeida, Miguel Almeida, Sara Almeida, Pedro Barros, Filipa Bragança,
Sandra Brazuna, Jacinta Bugalhão, Guilherme Cardoso, António Rafael
Carvalho, Pedro S. Carvalho, António Chéney, Manuela Coelho, José
Correia, Miguel Correia, António Costa, Eugénia Cunha, Manuela de
Deus, Adriaan De Man, Ana L. Duarte, Lídia Fernandes, Isabel C.
Fernandes, Ângela Ferreira, M.ª Teresa Ferreira, Nádía Figueira,
Alexandra Figueiredo, Iola Filipe, Tiago Fontes, Ana S. Gomes, Mário
V. Gomes, António Gonzalez, Amílcar Guerra, Constança Guimarães,
M.ª João Jacinto, Vitor O. Jorge, M.ª Jesus Kremer, F. Sande Lemos,
João Lizardo, Virgílio Lopes, Sandra Lourenço, António Martins,
Samuel Melro, Henrique Mendes, Victor Mestre, Paulo A. Monteiro,
Rui Morais, João Muralha, António Nabais, Filipa Neto, Nuno Neto,
M.ª João Neves, Luiz Oosterbeek, Rui Parreira, Luís Pereira, Teresa
R. Pereira, João Perpétuo, Miguel Pessoa, João Pimenta, Marina
Pinto, Museu da Cidade de Lisboa, Paulo O. Ramos, João Raposo,
Jorge Raposo, Luís Raposo, Paulo Rebelo, Jorge Davide Sampaio,
Severino Rodrigues, Helena Rua, Anabela P. de Sá, Raquel Santos,
Suzana P. Santos, Ana Raquel Silva, António Carlos Silva, António
Manuel Silva, Carlos Tavares da Silva, Filipa Cortesão Silva, António
Monge Soares, Ana Margarida Vale, António C. Valera, Gonçalo L.
Velho, Alexandra Vieira e Gertrudes Zambujo

Colaboram na Adenda Electrónica Elisa Albuquerque, Miguel
Almeida, Clementino Amaro, Teresa M. Barbosa, Lília Basílio, Marco
Calado, António Carvalho, António R. Carvalho, Tânia M. Casimiro,
Catarina Coelho, Mónica Corga, Rui Couto, Gonçalo Cruz, M.ª Teresa
Ferreira, Alexandra Figueiredo, Victor Filipe, Jorge Freire, Susana
Gómez, Alexandre Gonçalves, Filipe Gonçalves, Francisco Sande Lemos,
Virgílio Lopes, João Magusto, Rodolfo Manaia, Paulo A. Monteiro,
Henrique Mendes, M.ª João Neves, Susana Nunes, M.ª F. Palma, Patrícia
Peralta, João Pimenta, M.ª João Pina, Salette da Ponte, Lígia Rafael, Sara
Ramos, Ana Luísa Santos, Ana Rita Santos, Constança G. dos Santos,
Eurico Sepúlveda, Telmo Silva, Carlos T. Silva e Andreia Torres.

Publicidade Elisabete Gonçalves**Apoio administrativo** Palmira Lourenço

Resumos Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico Vera Almeida e Jorge Raposo**Paginação electrónica** Jorge Raposo**Tratamento de imagem** Jorge Raposo, com Cézer Santos**Ilustração** Jorge Raposo**Revisão** Maria Graziela Duarte, Fernanda Lourenço**Pré-impressão** GC Design Ldª**Impressão** Printer Portuguesa**Distribuição** CAA | <http://www.almadan.publ.pt>**Tiragem da edição em papel** 1500 exemplares**Periodicidade** Anual**Apoios** Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal do Seixal**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**Capa** Luís Duarte de Barros e Jorge Raposo

Composição gráfica sobre fotografia de escavação
arqueológica na olaria romana do Porto dos Cacos.
(Alcochete, 1990).

Fotografia © Jorge Raposo/Centro de Arqueologia de Almada

Com esta edição, *Al-Madan* completa 25 anos de existência, quinze dos quais na presente série, a segunda, iniciada em 1992. É um longo percurso, durante o qual o projecto evoluiu, cresceu e ganhou projecção nacional, ao mesmo tempo que muita coisa mudava nas áreas temáticas a que se dedica, nomeadamente no que à Arqueologia respeita – a disciplina ganhou estatuto de formação académica e de ocupação profissional; o seu “objecto” de aplicação diversificou-se e alargou-se a novas temáticas e “terrenos”; as metodologias complexificaram-se e enriqueceram-se no contacto com outras áreas de saber; as instituições de tutela substituíram-se umas às outras, ao sabor de diferentes orientações estratégicas (ou da falta delas!); a iniciativa privada ocupou gradualmente espaços antes assegurados pela administração pública ou abertos pelo forte crescimento da procura impulsionado por novos enquadramentos legislativos; os profissionais deram os primeiros passos no sentido da sua organização e auto-regulação; etc.

Boa parte desta transformação, radical sob muitos pontos de vista, está reflectida nas páginas dos volumes de *Al-Madan* publicados ao longo dos anos, a ponto da própria revista poder ser encarada como um dos protagonistas e agentes dessa transformação. Reflectir sobre o seu próprio percurso e sobre a história recente da Arqueologia portuguesa é, pois, o tema central desta edição, na sua versão impressa.

Para tal recorreu-se ao discurso directo e informado de diversos outros protagonistas, que partilham com os leitores experiências pessoais e sínteses do que de mais relevante ocorreu nesse período, nos planos institucional, social, organizativo e associativo, mas também da relação com outras ciências e da produção de conhecimento em várias temáticas específicas, da Pré-História aos períodos medieval e pós-medieval, à museologia e à Arqueologia industrial.

O dossiê impresso neste número inclui também um contributo para a cronologia sistemática da Arqueologia portuguesa do último quarto de século, a qual foi também colocada no sítio Internet da *Al-Madan Online*, onde está aberta à actualização e incorporação de colaborações que a enriqueçam e permitam corrigir erros e omissões.

Assim, consolidando a experiência positiva de anos anteriores, esta revista continua a ser produzida simultaneamente em papel e em formato digital, pelo que, quando se puderam ler as páginas do volume impresso, também se colocou acessível mais uma *Al-Madan Online - Adenda Electrónica*, disponibilizada na Internet para difusão alargada de outros conteúdos originais, em formato PDF (<http://www.almadan.publ.pt>).

No seu conjunto, os leitores encontrarão certamente muitos e bons motivos de interesse sobre o passado recente e o presente da Arqueologia portuguesa, e matéria para uma reflexão informada quanto ao seu futuro próximo.

Jorge Raposo

Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama

evidências de estruturas termais
junto da porta Nascente de *Olisipo*

por Victor Filipe * e Marco Calado **

* Arqueólogo.

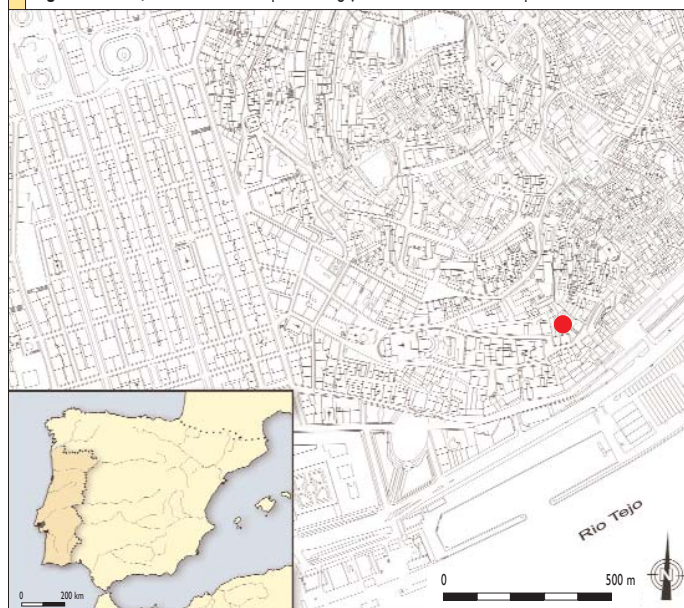
** Técnico de Arqueologia.

1. Introdução

A intervenção arqueológica realizada no Beco do Marquês de Angeja ocorreu entre os meses de Agosto e Setembro de 2005, inserindo-se no âmbito do projecto de “Alteração/Ampliação do Conjunto Edificado situado na Rua São João da Praça (n.º 28-30) e Beco do Marquês de Angeja”. Em termos administrativos, este espaço localiza-se na unidade histórico-geográfica designada por Alfama, na freguesia de S. Miguel, Lisboa, encontrando-se inserida no nível 1 do Plano Director Municipal, estando sujeita ao disposto no artigo 15º-3 e 4 do mesmo documento, e ainda numa Zona Especial de Protecção (ZEP) estabelecida pelo IPPAR.

Foram realizadas duas sondagens arqueológicas: a Sondagem 1, localizada no Beco do Marquês de Angeja, que viria a revelar uma intensa ocupação do espaço em Época Romana; e a Sondagem 2, situada no interior do n.º 28 da Rua de S. João da Praça, onde foram escavados contextos cronologicamente coetâneos com a construção do edifício. Pretende-se aqui dar a conhecer os dados resultantes dessa intervenção, concretamente aqueles que dizem respeito à Sondagem 1.

Fig. 1 – Localização do Beco do Marquês de Angeja na Península Ibérica e na planta de Lisboa.



Para além da identificação, no século XVIII, do conjunto termal apelidado por Termas dos Cássios (hoje em processo de musealização), e das estruturas termais postas a descoberto na intervenção arqueológica do Núcleo do BCP na Rua dos Correiros, não se reconheceram em *Olisipo* outros equipamentos romanos congéneres até à data. Uma situação anómala, se tivermos em consideração a dimensão e importância da cidade no período em causa. Os resultados desta pequena intervenção, realizada numa zona privilegiada para exurgências termais, colmata em parte esta falha no conhecimento da cidade.

r e s u m o

Resultados de intervenção arqueológica no Beco do Marquês de Angeja (Alfama, Lisboa), onde, num contexto de ampla diacronia, se destaca a identificação de vestígios de estruturas termais, junto a uma das portas da cidade romana de *Olisipo*.

Edificado na transição dos séculos I-II d.C., o complexo termal é apenas a terceira estrutura do género conhecida nesta cidade, o que reforça a importância do achado.

p a l a v r a s c h a v e

Época Romana; *Olisipo*; Termas.

a b s t r a c t

Results of the archaeological intervention at the Beco do Marquês de Angeja (Alfama, Lisboa). Within a large diachronic context, traces of bath structures have been identified near one of the gates of the Roman city of *Olisipo*. Built at the turn of the I-II AD centuries, the bath is the third known structure of its kind in this city, which proves the importance of the present findings.

k e y w o r d s

Roman times; *Olisipo*; Baths.

r é s u m é

Résultats de l'intervention archéologique dans le Beco do Marquês de Angeja (Alfama, Lisbonne), où, dans un contexte de vaste diachronie, se détache l'identification de vestiges de structures thermales, près d'une des portes de la cité romaine de *Olisipo*.

Edifié dans la transition du Ier au II^e siècles ap. J.C., le complexe thermal est seulement la troisième structure de ce type connue dans cette ville, ce qui renforce l'importance de la découverte.

m o t s c l é s

Époque romaine; *Olisipo*; Thermes.

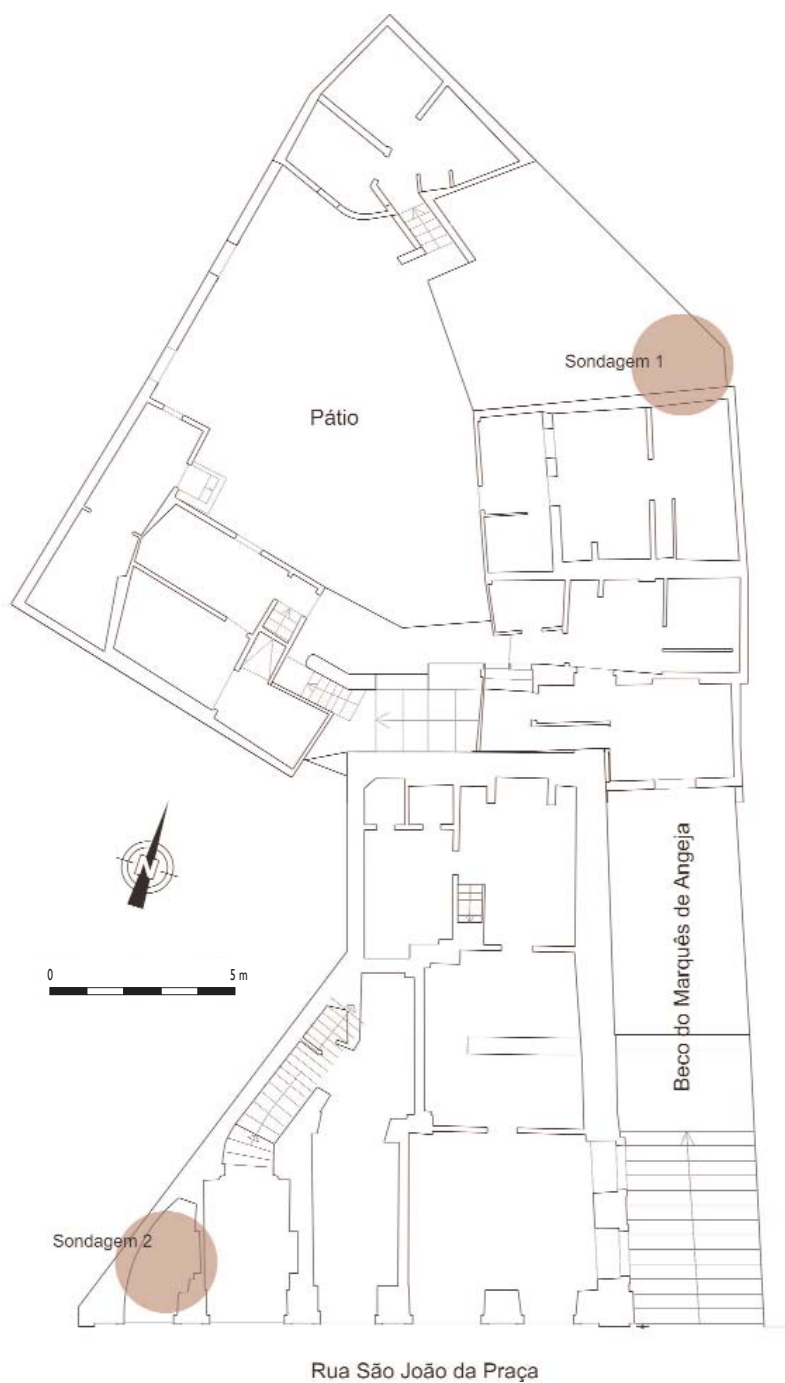


Figura 2 ↑

Implantação das sondagens 1 e 2 na planta dos edifícios.

2. Os dados da Iconografia

Uma consulta à planta de Lisboa de 1650, de João Nunes Tinoco, revela-nos um bloco construído com passagem entre a rua do Temte-lá (actual Rua São João da Praça) e a Rua das Merceeiras (actual “beco” com o mesmo nome), ao qual se opõe um outro conjunto contíguo ao paramento interior da Cerca. Este último será, no século XVIII, propriedade dos senhores de Murça, cuja herdeira dará o nome ao pátio adjacente localizado do lado exterior da muralha.

À travessa que comunicava entre a Rua do Temte-lá e a Rua das Merceeiras, da qual apenas sobra em memória o pequeno traçado do Beco do Marquês de Angeja, chamavam, ainda em período anterior à catástrofe de 1755, de rua das Atafonas, evidenciando o carácter de indústrias de farinha instaladas junto à área intervencionada (SILVA 1987).

Não nos parece de todo provável a remodelação deste espaço num momento coevo ou mesmo imediato às campanhas de remodelação de Manuel da Maia. Uma planta da freguesia da segunda metade do século XVIII mostra ainda os edifícios apenas com uma nova ligação entre a Rua das Atafonas e a Rua do Barão (SANTANA, s/d). Por outro lado, todo o conjunto edificado mostra uma clara influência da traça pombalina.

Não obstante, todo o conjunto se encontra já representado na planta realizada por Filipe Folque em meados do século XIX, que demonstra a instalação de um pátio ajardinado de modelo geométrico (FOLQUE 2000).

3. Descrição dos trabalhos

A sondagem 1 foi realizada no interior de um compartimento do n.º 4 (agora em ruínas) do Beco do Marquês de Angeja, junto ao paredão do logradouro da Senhora de Murça, no lado interior e a cerca de 15 metros da “Cerca Velha” ou “Cerca Moura”. No decurso da escavação desta sondagem foram postas a descoberto várias estruturas, principalmente de período romano, atestando uma forte e contínua ocupação do local nesse período. Foi registada a seguinte sequência estratigráfica:

Após se ter retirado o soalho de madeira [0] e o lajeado [1], registaram-se algumas unidades – [2] à [5] – correspondentes a entulhos e enchimentos genericamente enquadráveis nos sécs. XVIII-XIX, que cobriam o topo da estrutura [7], de cronologia romana, e um nível de pavimentação/compactação [6] igualmente enquadrável entre os sécs. XVIII-XIX.

A UE [6], que reutiliza parcialmente o interior da estrutura [7], cobria o nível de abandono [12] da UE [14].

A unidade [14] corresponde a uma pavimentação em argamassa de cal que reutiliza o interior da estrutura [7] e aproveita o topo da estrutura [19].

Imediatamente sob este nível de pavimentação, foi registado um depósito de enchimento [16], aparentemente relacionado com a construção do referido pavimento, que terá revolvido níveis medievais e romanos, já que a par de faianças se registou a existência de cerâmica medieval e romana.

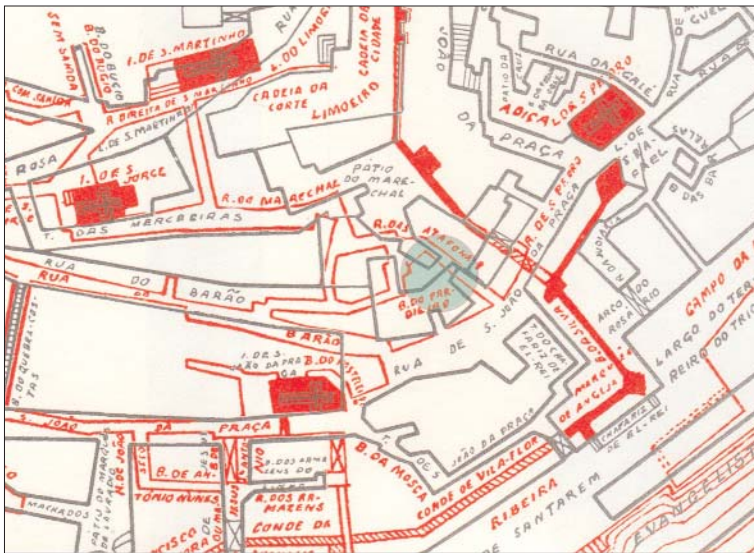


Figura 3 e 4 ↑

Em cima, localização da Rua das Atafonas. Reconstituição de Vieira da Silva, tendo por base a Planta de João N. Tinoco (séc. XVII) e a descrição do Tombo da Cidade de Lisboa, de 1755.

Em baixo, fragmento da Carta Topográfica de Lisboa, de Filipe Folque, onde, em meados do século XIX, se encontra representado um pátio ajardinado na área intervencionada.

Este depósito [16] assenta directamente sobre o nível de abandono [24] da estrutura [19]. A construção desta estrutura rompeu os níveis de abandono – [23], [25] e [27] – da estrutura [7], bem como os níveis anteriores – [29] a [36] – e coetâneos [28] à construção daquela. A própria estrutura [7] foi em parte destruída aquando da construção da estrutura [19]. Todo o interior, portanto, todo o pavimento da estrutura [7] foi destruído, restando apenas parte daquilo que parece corresponder a um banco, revestido a *opus signinum*. O interior da estrutura [7] encontrava-se, assim, quase totalmente preenchido, ao nível da sua base, pelo embasamento da estrutura [19], ao qual se atribuiu a UE [26].

Refira-se que apenas foi possível observar a área mais a Oeste da estrutura [7], incluindo o banco, depois de se efectuar um pequeno alargamento da sondagem, de que resultariam os limites algo exóticos

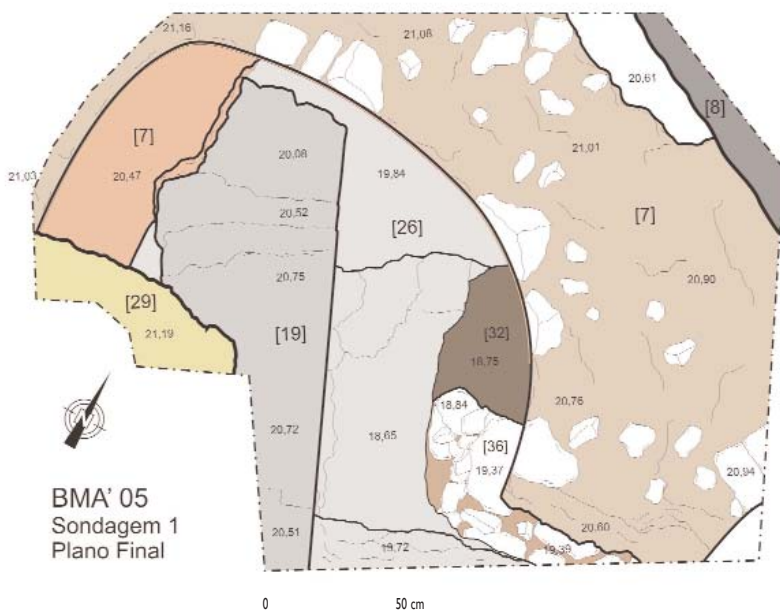
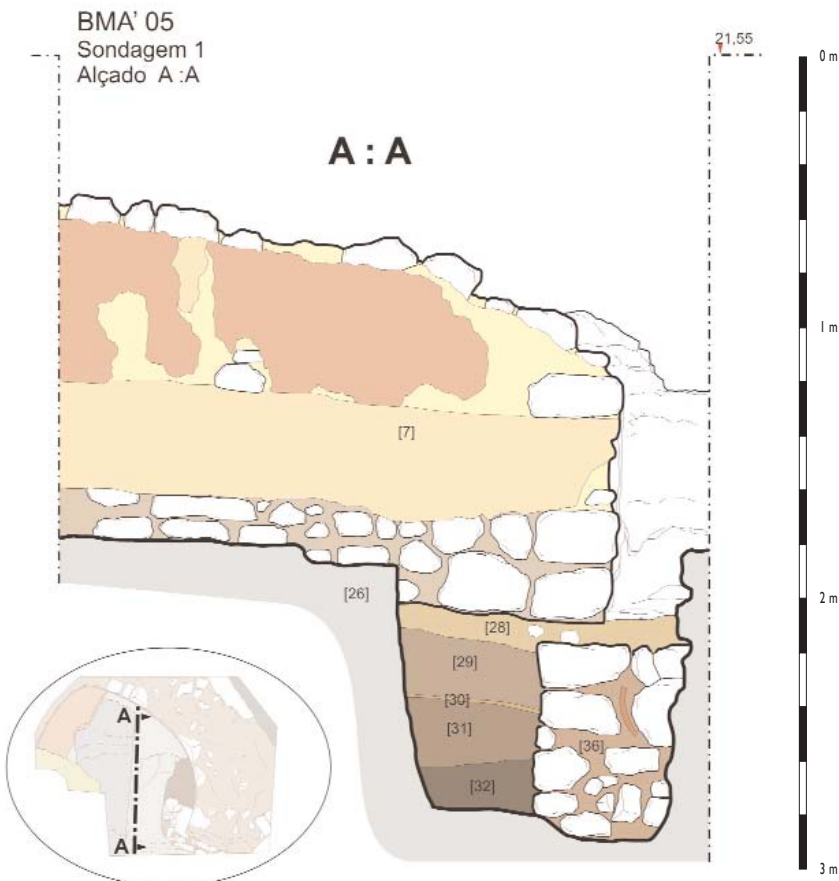
da mesma. No intuito de perceber o arranque em *opus signinum* de que apenas se vislumbravam escassos 10 cm no corte Oeste, optou-se por se fazer um pequeno alargamento nessa zona da sondagem (originalmente um quadrado de 2 x 2) até à parede limite do compartimento, tendo-se então posto a descoberto importantes dados no que toca à planta da estrutura [7], bem como da estrutura [19]. Por razões de segurança não foi possível alargar mais a sondagem 1.

↑ Figuras 5 a 7

Em cima, nível de ocupação do século XVII com pavimentação em terra batida e argamassa de cal, que reutiliza estruturas preexistentes.

Ao centro, vista geral sobre a sondagem 1, antes de se efectuar o alargamento no corte Oeste.

Em baixo, vista geral da mesma sondagem, com as estruturas tardo-romanas ao centro com escala métrica apoiada, e o seu embasamento já parcialmente desmontado.



Figuras 8 e 9 ↑

Em cima, alçado do interior da estrutura [7], e perfil estratigráfico dos depósitos de abandono da estrutura [36].

Em baixo, plano final da sondagem I.

Este embasamento [26] não permitia a leitura da estratigrafia e a compreensão da cronologia de construção, quer da estrutura [7], quer da [19], já que encostava parcialmente à [7], não possibilitando a escavação dos níveis anteriores à construção de ambas as estruturas. No intuito de responder a estas questões, essenciais para a compreensão da diacronia de ocupação do sítio, optou-se por desmontar uma pequena parcela do embasamento [26]. Por razões de segurança, bem como de falta de espaço, não foi possível aprofundar mais do que 1,20 m, verificando-se que a espessura do dito embasamento ultrapassa essa medida, não possibilitando a escavação dos níveis imediatamente anteriores à sua construção. Permitiu, porém, uma melhor percepção da cronologia de construção da estrutura [7], bem como escavar níveis e identificar estruturas anteriores àquela.

Relativamente à estrutura [7], originalmente seria revestida a *opus signinum* (ainda conservado em parte) e dotada do que presumimos ser um pequeno banco no seu interior.

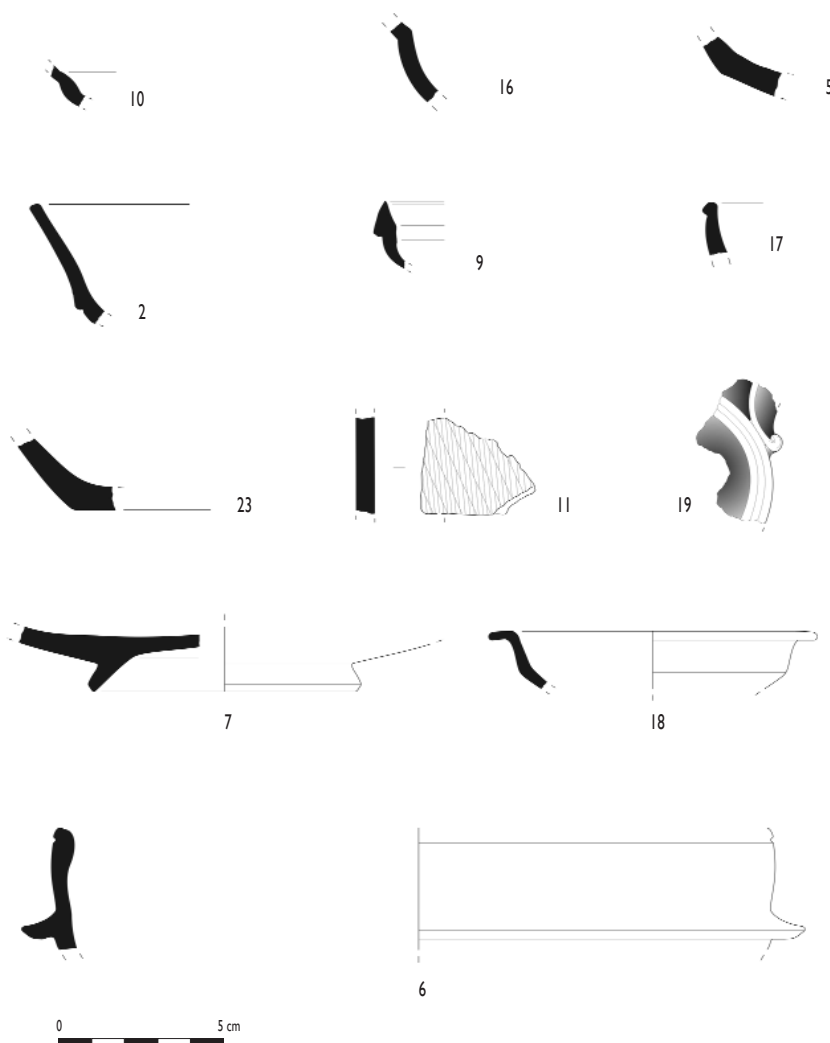
Relacionada com a construção desta estrutura [7] está uma unidade que interpretámos como nível de regularização [28], que cobre um muro [36] mais antigo, mas igualmente de cronologia romana.

A quantidade e dimensão das estruturas postas a descoberto nesta sondagem impossibilitaram que se atingissem cotas mais baixas, uma vez que não existia espaço para que se continuasse a escavar.

4. A ocupação do espaço

A estrutura [36] representa, no conjunto dos vestígios arqueológicos postos a descoberto no decurso desta intervenção, o momento cronologicamente mais recuado. Trata-se de uma estrutura de período romano de funcionalidade desconhecida, construída em pedras de médio calibre com ligante em argila, e com um fragmento de pança de ânfora de produção bética no seu interior. Apenas é possível observar uma altura preservada de 65 cm, por 45 cm de largura. Pelas razões expostas no ponto 3, não foram atingidos os níveis de base desta estrutura, nem o pavimento correspondente ao seu nível de ocupação. Este facto, aliado à reduzida potência estratigráfica associada e aos poucos materiais arqueológicos aí recolhidos, não permite a atribuição de uma cronologia segura para a sua construção.

O único elemento datante recolhido nos níveis de abandono da estrutura [36] é um fragmento de fundo de cerâmica de engobe vermelho pompeiano, de tipologia indeterminada. Para além deste fragmento, foram ainda recolhidos, nos mesmos níveis, o bordo de uma panela de produção local e dois fragmentos de bordo de uma forma indeterminada (base/suporte de ânfora ?), igualmente de produção local ou regional.



← Figuras 10 a 12 ↓

À esquerda, materiais cerâmicos: cerâmica de engobe vermelho pompeiano (n.º 23); lucerna (n.º 19); cerâmica cinzenta (n.º 6); e *sigillatas* (n.ºs 10, 16, 5, 2, 9, 17, 11, 7 e 18).

Em baixo, pormenor do *opus signinum* e do arranque do banco do *alveus* e do arranque do mesmo.



Tendo em conta o tipo de construção desta estrutura, bastante comum em fase republicana, bem como o facto de a cerâmica de engobe vermelho pompeiano ser usual sobretudo em níveis augustanos, julgamos que o abandono desta estrutura terá ocorrido em cronologia contemporânea ao principado de Augusto, ou num momento alto-imperial, podendo a sua construção ser anterior a Augusto.

Em momento posterior, possivelmente em finais do século I d.C. ou inícios do séc. II, foi construído nesta zona um complexo termal, parcialmente posto a descoberto na sondagem 1, que denominámos de estrutura [7]. Trata-se de uma forte estrutura de alvenaria de pedra com argamassa de cal, cujo interior se encontra revestido a *opus signinum* (apenas conservado em parte) (Fig. 11). Na área que foi escavada pode-se observar uma abside, que deverá corresponder a um *alveus* (tanque), dotado do que presumimos ser um pequeno banco no seu interior. A inexistência de qualquer tipo de *suspensurae* permite admitir que se trata de uma banheira de água fria, relacionada com o *frigidarium*¹.

¹ Não podemos deixar de agradecer à Dr.ª Pilar Reis pelos esclarecimentos que gentilmente nos prestou.

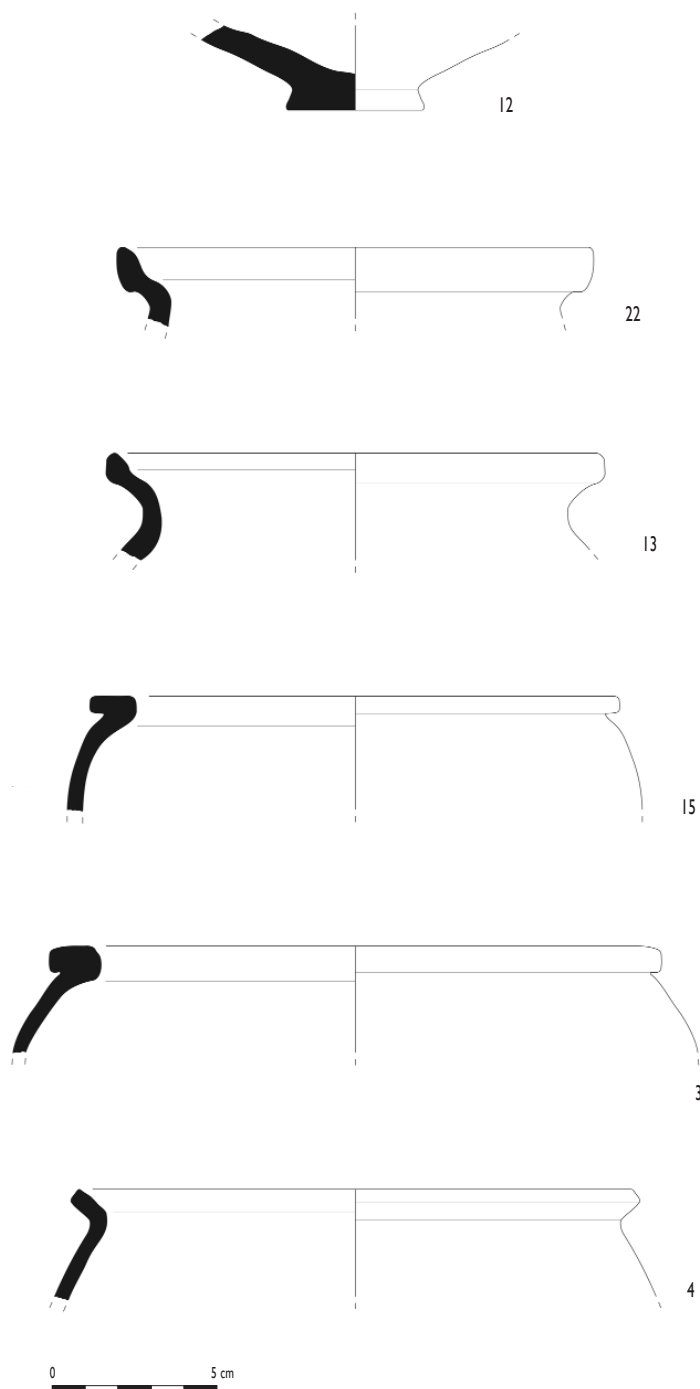


Figura 13 ↑

Cerâmica comum de período romano (n.ºs 12, 22, 13, 15 e 3), e medieval (n.º 4).

Esta estrutura desenvolve-se para baixo do paredão do logradouro da Senhora de Murça, com uma evidência de simetria que nos leva a admitir a existência de uma planta similar à exposta.

Não é claro se este equipamento pertence a um edifício de características públicas ou privadas; porém, as suas modestas dimensões poderão, eventualmente, sugerir um ambiente privado.

No que diz respeito à cronologia de construção deste edifício termal, os dados estratigráficos são novamente escassos. De facto, tanto os materiais exumados em contexto como os próprios depósitos associados são extremamente limitados e exíguos. Na UE [28], que se situa imediatamente sob a estrutura [7], ape-

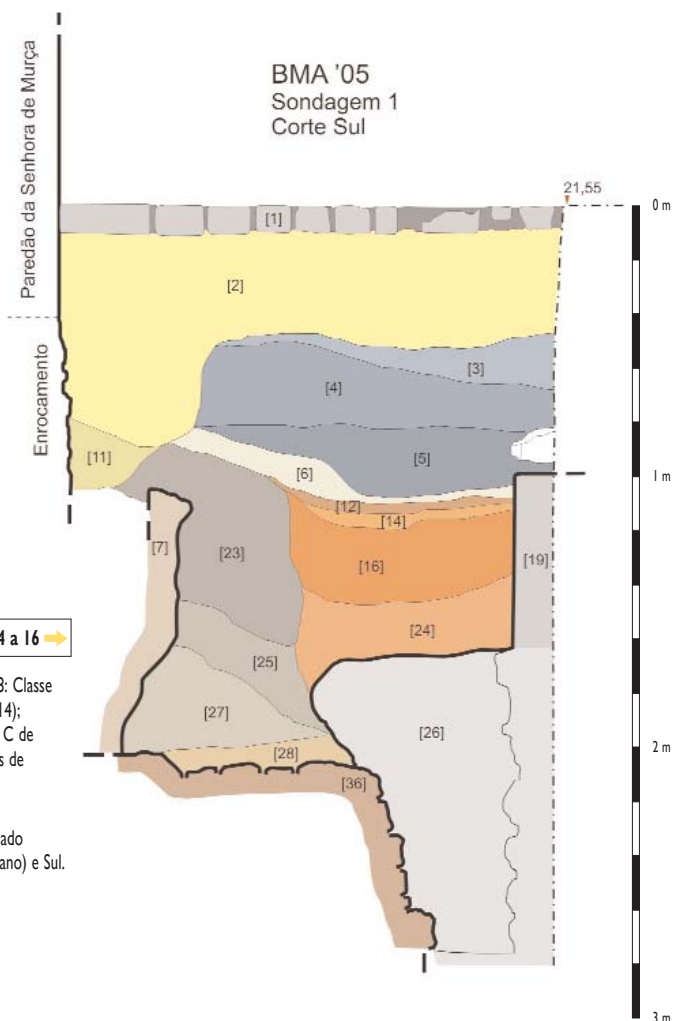
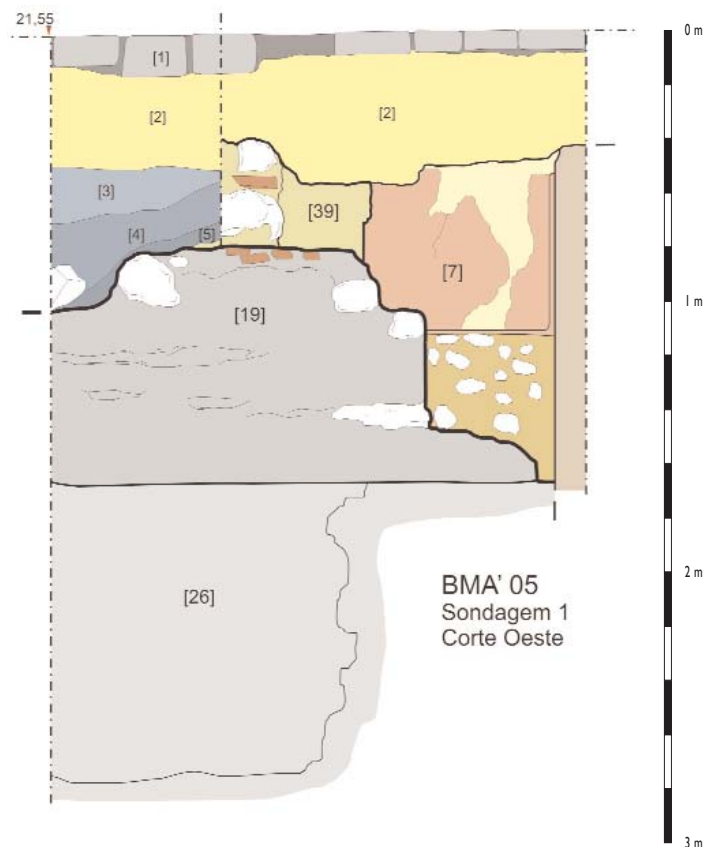
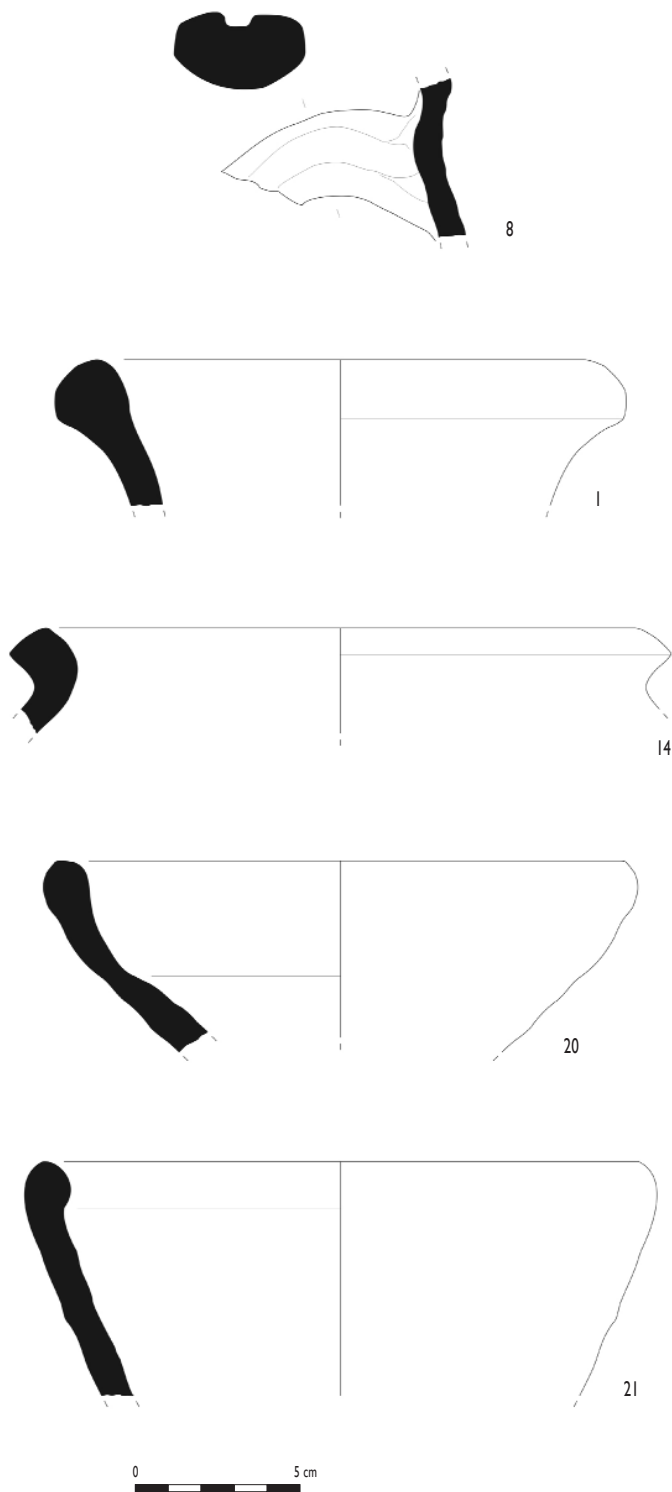
nas se recolheram alguns bojos de cerâmica comum de produção local/regional, não fornecendo, pois, qualquer tipo de indicador cronológico. Apenas na UE [29], sob a UE [28], se recolheram alguns materiais, embora escassos, cronologicamente bem balizados. Trata-se de um fragmento de lucerna Loeschcke I, cujo fabrico se estende desde o principado de Augusto até finais do século I d.C., e de um fragmento de *terra sigillata* hispânica Drag. 17, produzida entre 80 d.C. e 120 d.C. Assim, os dados estratigráficos indicam uma construção posterior a 80 d.C., provavelmente nos últimos anos do século I ou inícios do século II d.C.

Relativamente à época em que esta estrutura terá sido desactivada e abandonada, os dados são ainda menos esclarecedores. Os materiais recolhidos nos depósitos de abandono da estrutura [7] não nos fornecem uma data *ante quem*, indicando apenas que a sua desactivação terá ocorrido em um momento posterior ou mesmo contemporâneo ao século II d.C., uma vez que as produções de *terra sigillata* hispânica de tipo Drag. 27 recolhidas na UE [27] se situam entre 40 e 200 d.C. Foram ainda exumados nestes níveis de abandono alguns materiais claramente residuais, como uma ânfora pré-romana de tipo C de Pellicer Catalán (1978) e um fragmento de *terra sigillata* itálica Goudineau 17, balizados entre os séculos V e III a.C., e o principado de Augusto, respectivamente.

Sabemos, todavia, que no século IV d.C. a estrutura [7] estava já desactivada. A construção de uma grande estrutura [19], de funcionalidade indeterminada, viria a romper parcialmente a estrutura [7], todos os depósitos anteriores à sua construção e ainda a estrutura [36].

Trata-se de um muro [19] com cerca de 90 cm de altura, na parte mais alta, e 65 cm de largura, construído em alvenaria de pedra e argamassa de cal, que possui um embasamento [36] que apresenta mais de 1,20 m de espessura, construído com grandes e médios blocos de calcário e argamassa de cal. Embora se desconheça qual a funcionalidade desta estrutura, quer a compacticidade da argamassa, quer a espessura do seu embasamento, levam-nos a supor que a sua utilização deverá ter estado relacionada com algum tipo de impermeabilização da área utilitária, ou com a função de suportar um peso bastante considerável.

A construção da referida estrutura [19], ao que os poucos materiais nos permitem perceber, terá sido realizada algures entre os séculos IV e V da nossa Era. Note-se, porém, que os materiais que nos levam a propor esta cronologia para a sua construção são aqueles que se encontravam misturados nas argamassas do seu embasamento, concretamente o fragmento de *terra sigillata* clara C, o que, embora indique uma data *post quem* bastante segura para a sua construção, não deixa de ser bastante redutor e limitado.



↑ Figuras 14 a 16 →

Em cima, ânforas romanas (n.º 8: Classe 15/Halterm 70 ?; n.º 1: Dressel 14); ânfora pré-romana (n.º 14: tipo C de Pellicer Catalán); bases/suportes de ânfora ? (n.ºs 20 e 21).

À direita, perfis Oeste (o traçado ao meio indica a mudança de plano) e Sul.

No depósito de abandono (UE [24]) os materiais recolhidos apontam para o século II d.C. Visivelmente em deposição secundária, estes materiais não fornecem qualquer indicador cronológico para o abandono daquela estrutura, uma vez que se situam, cronologicamente, em um momento anterior à sua construção. Mostram-nos, contudo, como pode ser enganador estabelecer cronologias seguras a partir de materiais exumados em áreas tão exíguas como aquelas que se escavaram nesta sondagem. Assim, se o momento de construção desta estrutura se pode balizar algures entre os séculos IV e V da nossa Era, o momento do seu abandono escapa-nos por completo.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Beco do Marquês de Angeja, nomeadamente na sondagem 1, permitiram registar uma longa e intensa diacronia de ocupação deste espaço.

Foram detectados três momentos de ocupação romana, consubstanciados em outras tantas estruturas deste período, aparentemente com diferentes funcionalidades e aproveitamento do espaço. Se no que diz respeito à estrutura mais antiga [36] e à estrutura mais recente [19] daquele período não é possível perceber a funcionalidade, já em relação à estrutura [7] algumas hipóteses se poderão adiantar.

Tal como se referiu anteriormente, os depósitos escavados e os materiais exumados revelam-se demasiado exíguos e limitados para estabelecer cronologias seguras para as distintas ocupações identificadas, razão pela qual se deverá encarar com alguma precaução a informação que estes nos fornecem.

Com base no tipo de construção, bastante comum em fase republicana, e no que os materiais permitem compreender, julgamos que a estrutura [36] poderá ter sido construída durante o principado de Augusto ou mesmo em momento anterior, tendo o seu abandono ocorrido em cronologia contemporânea ao referido principado ou já em fase alto-imperial. Com base nos resultados da intervenção não é possível perceber qual a sua funcionalidade.

Em um momento posterior, provavelmente nos últimos anos do século I ou inícios do século II d.C., foi edificado nesta zona um complexo termal, de que a estrutura [7] é testemunho. Foi posto a descoberto uma abside na qual está inserido o que presumimos ser um *alveus*, com um pequeno banco no interior revestido a *opus signinum*, de que a inexistência de *suspensurae* indica uma função provavelmente relacionada com o *frigidarium*.

Não é claro se se trata de um edifício de carácter público ou privado. Embora as suas modestas dimensões possam sugerir um ambiente privado, este complexo poderá pertencer a um edifício público de pequenas dimensões.

De facto, não seria de estranhar a existência já em período romano de complexos termais nesta zona da cidade, conhecida pela riqueza das suas águas, algumas delas com qualidades termais, o que, aliás, está na origem do topónimo Alfama.

A identificação deste complexo termal, ainda que de forma extremamente truncada, reveste-se de particular importância, se tivermos em conta que até hoje apenas eram conhecidos dois edifícios termais na antiga cidade romana de Lisboa. No caso das Termas dos Cássios, trata-se de um complexo público construído no primeiro terço do século I d.C., e objecto de importantes obras de restauro no ano 338 (REIS 2004: 30). Quanto às termas do Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros, parecem corresponder a um espaço privado construído na segunda me-

Catálogo

N.º Inv.	Sondagem	[UE]	Forma / Género	Cronologia
1	I	2	Dressel 14	séculos I-II d.C.
2	I	16	TSH Drag. 15/17	meados séc. I d.C.-meados séc. II d.C.
3	I	17	Panela	romano alto-imperial
4	I	17	Panela	século XI ?
5	I	23	TSH Drag. 18	finais de Flávios-Antoninos
6	I	24	Cerâmica cinzenta (imitação de Drag. 24)	século I d.C.
7	I	24	TSSG Drag. 18	Cláudio-Antoninos
8	I	24	Classe 15?	Júlio-Cláudio
9	I	25	TSI Goudineau 17	Augustano
10	I	26	TSH Drag. 15/17	meados séc. I d.C.-meados séc. II d.C.
11	I	26	TSC C	320-475 d.C.
12	I	27	Cerâmica comum	?
13	I	27	Panela	século I d.C.
14	I	27	Tipo C de Pellicer Catalán	séculos V-III a.C.
15	I	27	Panela	século I d.C.
16	I	27	TSH Drag. 27	finais de Flávios-Antoninos
17	I	27	TSH Drag. 27	finais de Flávios-Antoninos
18	I	29	TSH Drag. 17	80-120 d.C.
19	I	29	Lucerna Loeschcke I	Augusto a finais do séc. I d.C.
20	I	31	Base / suporte de ânfora ?	?
21	I	32	Base / suporte de ânfora ?	?
22	I	32	Panela	século I d.C.
23	I	32	"Vermelho pompeiano"	Augustano

TSH: terra sigillata hispânica; TSSG: terra sigillata sudgálica; TSI: terra sigillata itálica; TSC: terra sigillata clara.

tade do séc. III ou séc. IV. Naturalmente, uma cidade com a dimensão e importância de *Olisipo* possuiria, por certo, vários edifícios termais, tanto públicos como privados. A identificação de um complexo desta natureza nesta zona da cidade vem colmatar um pouco o conhecimento que se tem da cidade e Lisboa em período romano.

Quanto à estrutura [19], a sua construção parece ter sido levada a cabo já num período tardio da ocupação romana, algures entre os séculos IV e V da nossa Era, numa altura em que o edifício termal estava já desactivado. A exiguidade do espaço escavado não permite perceber qual a funcionalidade desta estrutura. Porém, tanto a compacticidade da argamassa como a espessura do seu embasamento (incerta, mas mais que 1,20 m) levam-nos a propor que a sua utilização estivesse relacionada com algum tipo de impermeabilização da área utilitária, ou com a função de suportar um peso bastante considerável.

Naturalmente, a reduzida área escavada não possibilita mais ilações, tanto no que diz respeito à cronologia das diferentes estruturas e ocupações, como no que respeita à planta e funcionalidade dessas mesmas estruturas. Para uma mais ampla leitura a esse respeito seria necessária a realização de mais escavações.



Bibliografia

- AGUAROD, C. (1991) – *Cerâmica Romana Importada de Cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- BAILEY, D. (1988) – *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, III. Roman provincial lamps*. London: British Museum.
- BUGALHÃO, Jacinta (2001) – “A Indústria Romana de Transformação e Conserva de Peixe em *Olisipo*: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 15.
- CASTILHO, J. (1935) – *Lisboa Antiga. Bairros orientais*. 2ª ed. Lisboa. Vol. I, pp. 137-143.
- DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (1999) – “Homenagem a *L. Cornelius Bocchus*, Encontrada nas Termas dos Cássios (Lisboa)”. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 275.
- FERNANDES, L. (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitânia Ocidental*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- FERNANDES, L. (no prelo) – *Capitel Jónico das Termas Cassiorum de Olisipo (Rua das Pedras Negras, Lisboa)*.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V., eds. (2000) – “Termas Romanas en el Occidente del Imperio”. *II Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón, 1999*. Gijón.
- FIGUEIREDO, B. (1889) – “As Termas dos Cassios, em Lisboa”. *Revista Archeologica*. Lisboa. Vol. III, pp. 149-154.
- FILIFE, V.; CALADO, M. e LEITÃO, M. (no prelo) – “Evidências Orientalizantes na Área Urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d’El Rei”. *VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 25 Set.-1 Out. 2005*.
- FOLQUE, F. (2000) – *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: 1856-1858*. CML/DPC - AML.
- HIDALGO PRIETO, R. (1996) – *Espacio Público y Espacio Privado en el Conjunto Palatino de Cercadilla (Cordoba): el aula central y las termas*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura (Colección Arqueología).
- NIELSEN, J. M. (1990) – *Thermae et Balnea. The Architecture and Cultural History of Roman Public Baths*. Aarhus.
- OLIVEIRA, C. R. (1755) – *Sumario, em que Brevemente se contam algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que há na Cidade de Lisboa*. Lisboa.
- OLIVEIRA, E. F. (1897) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: CML. Vol. VIII.
- OLIVEIRA, E. F. (1898) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: CML. Vol. IX.
- OLIVEIRA, E. F. (1899) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: CML. Vol. X.
- OLIVEIRA, E. F. (1901) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: CML. Vol. XI.
- OLIVEIRA, E. F. (1906) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: CML. Vol. XIV.
- OLIVEIRA, E. F. (1906) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: CML. Vol. XV.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) – “Tipología y Cronología de las Ánforas Prerromanas del Guadalquivir Según Cerro Macareno (Sevilla)”. *Habis*. Sevilla. 9.
- PIMENTA, J.; CALADO, M. e LEITÃO, M. (2005) – “Novos Dados Sobre a Ocupação Pré-Romana da Cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8 (2): 313-334.
- REBUFFAT, R. (1991) – “Vocabulaire Thermal: documents sur le bain romain”. In “Les Thermes Romains. Actes de la table ronde organisée par l’École Française de Rome (Rome, 11-12 Nov. 1988)”. *Collection de l’École Française de Rome*. 142, pp. 1-7.
- REIS, M. P. (2004) – “Las Termas y Balnea Romanos de Lusitania”. *Studia Lusitana*. Mérida. 1.
- SANTANA, F. (s/d) – *Lisboa na Segunda Metade do séc. XVIII*. Lisboa: CML.
- SILVA, A. V. (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 3ª edição. Lisboa: CML.

PUBLICIDADE

Instrumentos de Gestão Sustentável do Património

Inventários Temáticos e de Centros Históricos
Sistema de Informação Geográfica

Centro de Arqueologia de Almada * Apartado 603 - EC Praga - 2801-601 Almada
Telefone e Fax: (+ 351) 212-766-978 * E-mail: secretariado@caa.org.pt